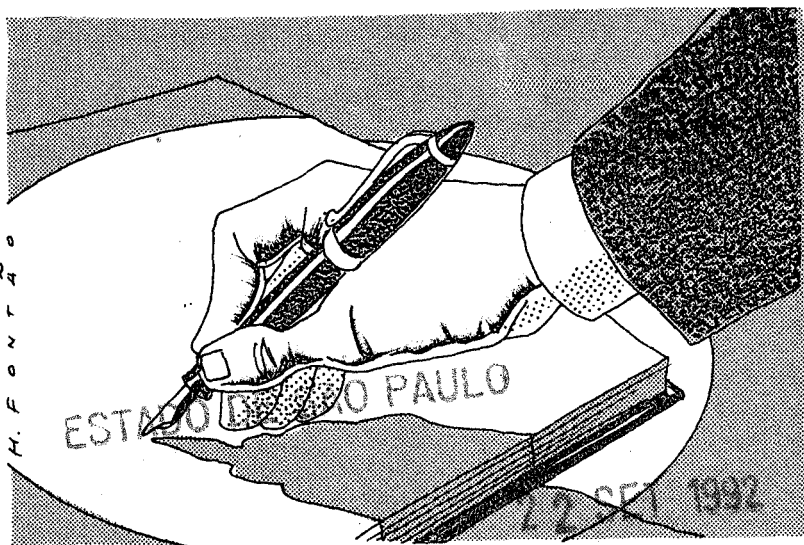




Dívida Externa

O acordo com os credores

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, voltará de Washington, depois da reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), com importante vitória política. O acordo com os bancos privados, para reestruturação da dívida externa brasileira, foi concluído em termos, segundo comunicado de ontem. Na sexta-feira, em Nova York, acertaram-se as últimas questões substantivas, segundo informou o negociador brasileiro, Pedro Malan. Ficaram faltando a revisão da minuta (*term sheet*), complexo documento de cerca de 250 páginas, e o ajuste de alguns pormenores. De modo geral, mantiveram-se as condições que já tinham sido divulgadas.

Cauteloso, o ministro da Marques Moreira preferiu não anunciar, no fim de semana, a conclusão das negociações. Ontem, comunicado conjunto de Marcílio e do comitê de bancos deu conta do acordo. A renegociação da dívida brasileira é o último passo para se dar por superada a crise da dívida. Os grandes devedores latino-americanos, excetuado o Brasil, já normalizaram rela-

ções com o mercado financeiro internacional. O Chile foi o primeiro. México e Argentina vieram em seguida. Em todos os casos, a renegociação foi apenas parte de uma ampla política de ajuste econômico.

Isto não é pormenor secundário, mas o núcleo do problema. O acerto com os bancos prosseguiu, apesar da crise política brasileira, por causa da credibilidade do ministro Marcílio Marques Moreira. Os banqueiros, é claro, têm interesse em completar o ciclo de entendimentos com os grandes devedores. Mas não perderiam tempo, negociando com o governo brasileiro, se não tivessem como interlocutor um ministro empenhado em deixar a questão bem equacionada. Nem o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, se arriscaria a apoiar publicamente o acordo.

O processo, porém, só estará concluído em meados de 1993, com a sua formalização completa. Isso ainda estará na dependência da aprovação do acordo pelo Senado brasileiro e da efetivação do ajuste interno, que todos consideram importante, mas não anda no Congresso Nacional.